

MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº ____/2026

Processo Administrativo nº 173/2026 – PMV

Pregão Eletrônico nº 75/2026 – PMV

1ª Contratante:

MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, nesta cidade de Videira/SC, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Gabinete e Relações Institucionais, o Sr. **ADALCIR CECCATTO**, no uso de suas atribuições, de ora diante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**.

2ª Contratada:

_____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo Senhor _____, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 75/2026 – PMV, datado de ____ de _____ de 2026 e homologado em data de ____ de _____ de 2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO

1.1 – A **CONTRATADA** por força do presente instrumento obriga-se junto ao Município, a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC**, conforme descrição e estimativa de consumo a seguir:

LOTE 1			
Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
1	ESMERILHADEIRA ANGULAR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2.500W; TENSÃO 220V; ROTAÇÃO MÍNIMA DE 6.500 RPM; COMPATÍVEL COM DISCOS DE 7” (180 MM); DEVERÁ POSSUIR SISTEMA ERGONÔMICO COM PUNHO AUXILIAR ANTIVIBRAÇÃO, GARANTINDO MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA AO OPERADOR; DEVERÁ CONTAR COM SISTEMA DE TROCA FACILITADA DAS ESCOVAS DE CARVÃO, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE E FACILIDADE DE MANUTENÇÃO; DEVERÁ AINDA POSSUIR DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA, TAIS COMO PROTEÇÃO CONTRA CONTRAGOLPE (KICKBACK), PROTEÇÃO CONTRA RELIGAMENTO AUTOMÁTICO, PARTIDA SUAVE E GATILHO DE SEGURANÇA TIPO HOMEM MORTO, ALÉM DE CAPA DE	UNIDADE	01

	PROTEÇÃO AJUSTÁVEL. O MOTOR DEVERÁ DISPOR DE SISTEMA DE VENTILAÇÃO EFICIENTE PARA MELHOR RESFRIAMENTO; DEVERÁ ACOMPANHAR, NO MÍNIMO, FLANGE DE APOIO, PORCA DE APERTO, CAPA DE PROTEÇÃO, PUNHO AUXILIAR E MANUAL DE INSTRUÇÕES, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.		
--	--	--	--

LOTE 02

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
2	BOMBA SUBMERSÍVEL DE MANGOTE COM MOTOR A GASOLINA; POTÊNCIA MÍNIMA DE 7HP; SISTEMA 4 TEMPOS, PARTIDA RETRÁTIL, DESTINADA À DRENAGEM DE ÁGUA LIMPA OU LEVEMENTE SUJA EM OBRAS, RESERVATÓRIOS E ÁREAS ALAGADAS; DEVERÁ POSSUIR MANGOTE COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 6 METROS, GARANTINDO ALCANCE ADEQUADO PARA OPERAÇÃO; DEVERÁ DISPOR DE BASE FIXA, PROPORCIONANDO ESTABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE O USO; O EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR ROTAÇÃO MÍNIMA DE 3.600 RPM; VAZÃO MÍNIMA DE 60 M³/H; ALTURA MANOMÉTRICA MÍNIMA DE 15 M.C.A E DIÂMETRO DE RECALQUE DE, NO MÍNIMO, 2" (50 MM); O TANQUE DE COMBUSTÍVEL DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE 3,6 LITROS, ASSEGURANDO AUTONOMIA ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO; DEVERÁ SER FORNECIDA COMPLETA, PRONTA PARA OPERAÇÃO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	01

LOTE 03

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
3	MISTURADOR ELÉTRICO PARA ARGAMASSA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.600W; FREQUÊNCIA DE 60HZ; INDICADO PARA MISTURA DE MATERIAIS COMO ARGAMASSA, TINTAS, TEXTURAS E IMPERMEABILIZANTES; DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE CONTROLE DE VELOCIDADE COM, NO MÍNIMO, 2 FAIXAS DE ROTAÇÃO (0-380 RPM E 0-660 RPM), ALÉM DE AJUSTE COM, NO MÍNIMO, 6 NÍVEIS DE VELOCIDADE; DEVERÁ POSSUIR ENCAIXE DE HASTE PADRÃO M14;	UNIDADE	01

	DIÂMETRO MÍNIMO DO BATEDOR DE 140 MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 60 MM, COM CAPACIDADE DE MISTURA ENTRE, NO MÍNIMO, 40 E 90 LITROS; DEVERÁ CONTAR COM SISTEMA DE ACIONAMENTO COM BOTÃO BIMANUAL, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA AO OPERADOR; O EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES APROXIMADAS DE 900 MM DE COMPRIMENTO, 310 MM DE LARGURA E 230 MM DE ALTURA, COM PESO APROXIMADO DE 6,5 KG, SENDO FABRICADO COM MATERIAIS RESISTENTES, COMO AÇO CARBONO, ALUMÍNIO E POLÍMEROS DE ALTA DURABILIDADE; DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, CONTENDO MISTURADOR ELÉTRICO, HASTE MISTURADORA, CHAVES PARA MONTAGEM, ESCOVAS DE CARVÃO E MANUAL DE INSTRUÇÕES, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.		
--	---	--	--

LOTE 04

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
4	PERFURADOR DE SOLO A GASOLINA, COM MOTOR 2 TEMPOS, CILINDRADA MÍNIMA DE 52 CC E POTÊNCIA MÍNIMA DE 1,8 KW, INDICADO PARA PERFURAÇÃO EM SOLO (TERRA) EM ATIVIDADES DIVERSAS; DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE IGNIÇÃO MANUAL E TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 LITRO; O EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR ROTAÇÃO MÍNIMA DE 3.000 RPM E MÁXIMA DE, NO MÍNIMO, 11.000 RPM, GARANTINDO DESEMPENHO ADEQUADO PARA TRABALHOS CONTÍNUOS; DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA ROBUSTA E ERGONÔMICA, ADEQUADA PARA OPERAÇÃO SEGURA, COM NÍVEL DE RUÍDO COMPATÍVEL COM A ATIVIDADE (APROXIMADAMENTE ATÉ 110 DBA); DEVERÁ ACOMPANHAR, NO MÍNIMO, 3 BROCAS - BROCA 80X10CM - BROCA 80X15CM - BROCA 80X20CM, EXTENSÃO PARA AUMENTO DE PROFUNDIDADE, KIT DE FERRAMENTAS, MISTURADOR E TRADO, SENDO FORNECIDO COMPLETO E PRONTO PARA USO. O CONJUNTO DEVERÁ POSSUIR PESO APROXIMADO DE ATÉ 16,5 KG E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	01

LOTE 05

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
5	MOTOSSERRA A GASOLINA, COM CILINDRADA MÍNIMA DE 60 CM ³ ; POTÊNCIA MÍNIMA DE 3,5 HP; DEVERÁ POSSUIR SABRE DE, NO MÍNIMO, 18 POLEGADAS (APROXIMADAMENTE 45 CM), COM VELOCIDADE MÁXIMA DE ROTAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 13.000 RPM E ROTAÇÃO EM MARCHA LENTA DE APROXIMADAMENTE 2.500 RPM; O EQUIPAMENTO DEVERÁ UTILIZAR COMBUSTÍVEL À BASE DE GASOLINA COM ÓLEO 2 TEMPOS; POSSUIR TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,75 LITROS E SISTEMA DE IGNIÇÃO MANUAL; DEVERÁ APRESENTAR VELOCIDADE DE CORRENTE COMPATÍVEL COM ALTO DESEMPENHO (MÍNIMO DE 23 M/S), BEM COMO SISTEMA DE LUBRIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DA CORRENTE, COM RESERVATÓRIO PRÓPRIO DE ÓLEO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,45 LITROS; DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA ROBUSTA E ERGONÔMICA, COM PESO APROXIMADO DE ATÉ 6,5 KG (SEM ACESSÓRIOS), NÍVEIS DE VIBRAÇÃO CONTROLADOS E EMISSÃO DE RUÍDO COMPATÍVEL COM A ATIVIDADE (ATÉ APROXIMADAMENTE 117 DB); O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, COM SABRE, CORRENTE E MANUAL DE INSTRUÇÕES, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	01

LOTE 06

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
6	CORTADOR DE CONCRETO E ASFALTO A DISCO, COM MOTOR A GASOLINA, 2 TEMPOS; POTÊNCIA MÍNIMA DE 4,9 HP E CILINDRADA MÍNIMA DE 70 CC; DEVERÁ POSSUIR VELOCIDADE MÁXIMA DE, NO MÍNIMO, 9.300 RPM; O EQUIPAMENTO DEVERÁ PERMITIR PROFUNDIDADE DE CORTE MÍNIMA DE 125 MM, UTILIZANDO DISCO COM DIÂMETRO DE ATÉ 350 MM, COM ENCAIXE DE MANDRIL PADRÃO (20 MM OU 25,4 MM) E ESPESSURA COMPATÍVEL; DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR VIA	UNIDADE	01

	ÚMIDA, GARANTINDO MELHOR DESEMPENHO E DURABILIDADE DO DISCO DURANTE A OPERAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR ESTRUTURA ROBUSTA E ERGONÔMICA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE ATÉ 605 MM DE COMPRIMENTO, 225 MM DE LARGURA E 415 MM DE ALTURA, COM PESO MÁXIMO DE APROXIMADAMENTE 10,1 KG; OS NÍVEIS DE RUÍDO DEVERÃO SER COMPATÍVEIS COM A ATIVIDADE (ATÉ APROXIMADAMENTE 115 DB), BEM COMO NÍVEIS DE VIBRAÇÃO CONTROLADOS PARA SEGURANÇA DO OPERADOR; O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO, CONTENDO, NO MÍNIMO, ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA, CHAVE PARA MANUTENÇÃO E MANUAL DE INSTRUÇÕES, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.		
7	CARRO DE CORTE PARA ACOPLAMENTO EM CORTADORAS DE DISCO; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM CORTADORAS DE DISCO A GASOLINA DE USO PROFISSIONAL; O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR ESTRUTURA RESISTENTE E DURÁVEL, COM PESO APROXIMADO DE ATÉ 33 KG, GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE A OPERAÇÃO; DEVERÁ APRESENTAR DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, COM LARGURA APROXIMADA DE ATÉ 500 MM, COMPRIMENTO DE ATÉ 840 MM E ALTURA DE ATÉ 700 MM; DEVERÁ PERMITIR FÁCIL ACOPLAMENTO E AJUSTE DA CORTADORA, BEM COMO CONTROLE ADEQUADO DA PROFUNDIDADE DE CORTE, CONTRIBUINDO PARA MELHOR ACABAMENTO E SEGURANÇA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER FORNECIDO COMPLETO E PRONTO PARA USO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNIDADE	01
LOTE 07			
Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
8	ROÇADEIRA AGRÍCOLA DESLOCÁVEL, NOVA, ACOPLÁVEL A TRATOR, COM LARGURA DE CORTE MÍNIMA DE 1.400 MM; O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DE CORTE COM, NO MÍNIMO, QUATRO POSIÇÕES DISTINTAS, VARIANDO ENTRE 40 MM E 145 MM; DEVE SER EQUIPADA COM CARDAN INCLUSO, DOTADO DE PROTEÇÃO DE SEGURANÇA E LIMITADOR DE TORQUE, GARANTINDO A	UNIDADE	02

	INTEGRIDADE DO CONJUNTO MECÂNICO E SEGURANÇA OPERACIONAL. A ROTAÇÃO DE TRABALHO DEVE SER COMPATÍVEL COM TOMADA DE FORÇA (TDF) DE, NO MÍNIMO, 540 RPM; O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR LÂMINAS (NAVALHAS) FABRICADAS EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA, ADEQUADAS PARA SERVIÇOS PESADOS, COM ROTAÇÃO MÍNIMA DE 1.080 RPM, ASSEGURANDO EFICIÊNCIA NO CORTE E DURABILIDADE OPERACIONAL; DEVE ACOMPANHAR JOGO ADICIONAL DE LÂMINAS SOBRESSALENTE E SISTEMA DE CORTE POR CORRENTES, AMPLIANDO A VERSATILIDADE DE USO EM DIFERENTES TIPOS DE VEGETAÇÃO; DEVE POSSUIR RODA GUIA TRASEIRA, CONTRIBUINDO PARA ESTABILIDADE, UNIFORMIDADE DO CORTE E FACILIDADE DE OPERAÇÃO; O SISTEMA DE ACOPLAMENTO DEVE SER DO TIPO TRÊS PONTOS, CATEGORIA II, COMPATÍVEL COM TRATORES AGRÍCOLAS PADRÃO; O EQUIPAMENTO DEVE APRESENTAR DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1.060 MM DE ALTURA, 1.610 MM DE LARGURA TOTAL E 1.870 MM DE PROFUNDIDADE, COM PESO MÍNIMO DE 300 KG, GARANTINDO ROBUSTEZ, ESTABILIDADE E ADEQUAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DE USO INTENSIVO; O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COBRINDO DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E ASSEGURANDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA PELO FORNECEDOR		
--	--	--	--

1.2 – Os itens deverão ser entregues conforme todas as informações constantes no Termo de Referência, anexo ao contrato.

1.3 – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

1.4 – A CONTRATADA ficará obrigada a entregar os itens, objeto desta minuta, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na Ordem de Compra.

1.5 – Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação na licitação.

1.6 – A CONTRATADA arcará com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

1.7 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.8 – A CONTRATADA responderá pelos vícios dos itens que se compromete a entregar, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA 2ª: DO PREÇO, DO REAJUSTE E DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 – O objeto do presente contrato será executado pelo preço total e global de R\$ ____ (____), sendo o valor unitário de R\$ ____ (____).

2.2 – Os preços serão reajustados, desde que decorrido 1 (um) ano da **data do orçamento** (06/04/2026), de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.

2.3 – A CONTRATADA em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos preços vigentes por meio de solicitação formal, acompanhada de documentos comprobatórios (nota fiscal anterior a apresentação da proposta, nota fiscal atual, notícias, entre outros) e certidões negativas de débitos constantes no item 7.2.2 do edital.

2.3.1 – O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser cadastrado no Portal de Autoatendimento do Município de Videira (<https://videira.atende.net/autoatendimento>) no serviço “Emissão de Processo Digital”, sendo que o acesso à funcionalidade só estará disponível através de login e senha. Ao cadastrar o pedido, para correto direcionamento do processo digital, deverão ser utilizados os seguintes parâmetros: **Assunto**: LICITAÇÕES e **Subassunto**: DLC – REQUERIMENTO.

2.3.2 – A assinatura do pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser por meio de assinatura eletrônica com certificado digital ICP Brasil/Gov.br do representante legal da empresa.

2.3.3 – Até a decisão final da Administração, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, a proponente vencedora deverá entregar os itens normalmente, levando em consideração os preços registrados e vigentes.

CLÁUSULA 3ª – DA ENTREGA

3.1 – Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Compra emitida pelo Departamento de Compras e Licitações.

3.1.1 - O local e o horário da entrega dos itens serão definidos pela Secretaria no ato da solicitação.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com a entrega dos itens, correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

3.3 – A não entrega dos itens dentro do prazo acima, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

3.4 – A entrega dos itens e a emissão da respectiva nota fiscal estão condicionadas ao recebimento da Ordem de Compra ou outro documento equivalente.

3.5 – O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, em até **5 (cinco) dias úteis**, em se tratando de obras e serviços, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, **ou**, em se tratando de compras, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

3.6 – O objeto será recebido **DEFINITIVAMENTE**, em até **30 (trinta) dias úteis**, em se tratando de obras, serviços e compras, de acordo com a designação de cada unidade requisitante, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, para verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação.

3.7 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o objeto e suas especificações.

3.8 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e pela segurança, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou no contrato.

Obs: O ato de atestar se concretiza com a declaração e assinatura do responsável no verso da nota fiscal/fatura ou documento equivalente. A atestação caberá ao servidor do órgão ou entidade contratante, ou ao fiscal da obra ou serviços ou a outra pessoa designada pela Administração para esse fim.

CLÁUSULA 4ª – DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.2 – Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

4.3 – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.4 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

4.5 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

4.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

4.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.8 – Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

4.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

4.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.11 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.12 – Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.13 – Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

4.14 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.15 – Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.16 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.17 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

4.18 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

4.19 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

4.20 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA 5ª – DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo e mediante a apresentação de Nota Fiscal, com o devido adimplemento contratual, de acordo com os termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.822/2024.

5.1.1 – A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

5.1.2 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura, todas as certidões constantes da habilitação, item 07 do edital, dentro do prazo de validade, nos termos do art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.

5.1.3 – O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “recebimento definitivo” na nota fiscal apresentada.

5.1.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

5.1.5 – Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.1.6 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.1.7 – Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa.

5.1.8 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.2 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida de acordo com os valores unitários e totais discriminados no contrato, e deverá constar a marca e o modelo, quando for o caso.

5.2.1 – A CONTRATADA deve se atentar que os órgãos da administração pública municipal direta, as autarquias, as fundações e fundos municipais, conforme Decreto nº 20.412/23, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda, INSS e ISS sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de

bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme legislação atualizada que disciplina as hipóteses de retenção.

5.2.2 – As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção dos impostos e contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

5.2.3 – A pessoa jurídica fornecedora do bem e/ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidos na operação.

5.2.4 – O não destaque do valor dos impostos e ou contribuições mencionadas no item anterior não desobriga a retenção por parte da administração pública municipal devendo, neste caso, ser retido pelo valor integral do documento fiscal em alíquota correspondente à avaliação do ente público.

5.2.5 – Fica excluída da aplicabilidade municipal a retenção de contribuições sociais tais como PIS/Pasep, Cofins e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), previstas na Lei Federal nº 9.430, de 1996 e na IN RFB 1.234, de 2012.

5.3 – A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Município de Videira com indicação do CNPJ específico sob nº 83.039.842/0001-84.

5.4 – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

5.5 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@videira.sc.gov.br, para seu devido arquivamento.

5.6 – Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da CONTRATADA, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA

6.1 – O contrato firmado entre o Município e a CONTRATADA terá a vigência de 01 (um) ano, a contar da data da assinatura da CONTRATADA.

CLÁUSULA 7ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2026 a seguir:

9- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
1- DESENVOLVIMENTO URBANO
2051- MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
217- 344900000000000000 1500700000000 e

9- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
2- DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE
1020- MÁQUINAS PESADAS, EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E OUTROS
206- 344900000000000000 1500700000000

CLÁUSULA 8ª – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do(s) servidor(es) abaixo mencionado(s):

a) **Fiscais de Contrato:** **VANDERLEI CASSANEGO**, telefone (49) 3090-2760, e-mail: sdu.vanderlei@videira.sc.gov.br e **ALTIVIR DE NARDI**, telefone (49) 3090-2760, e-mail: sdu.compras@videira.sc.gov.br.

b) **Gestora de Contratos:** **AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI**, telefone (49) 3090-2701, e-mail: planejamento.amanda@videira.sc.gov.br.

8.2 – Caberá ao(s) servidor(es) designado(s) verificar se os itens, objeto do presente contrato, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

CLÁUSULA 9ª – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 – O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

9.2 – A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- e) apresente declaração ou documentação falsa ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou
- h) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.3 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

a.1) Em casos de reincidência da mesma infração objeto de advertência que cause danos ou prejuízos à Administração ou terceiros será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo da reparação do dano causado.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

d) **Multa:**

d.1) por atraso superior a 5 (cinco) dias úteis da execução/entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da Nota de Empenho, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

d.2) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida da Nota de Empenho ou instrumento equivalente;

d.3) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido na Nota de Empenho ou instrumento equivalente, será aplicada multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida.

9.4 – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1 – Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.2 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.3 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.4 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, quando for o caso.

9.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 – A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

9.9 – O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

9.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 10ª – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1 – O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 – A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA 11ª – VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

11.1 – O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Processo Administrativo nº 173/2026 – PMV, Pregão Eletrônico nº 75/2026 – PMV, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA 12ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

12.1 – Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 21.822, de 30 de abril de 2024, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 2.266, de 18 de dezembro de 2009 e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

12.2 – Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela autoridade competente, administrativamente, ou no foro da Comarca de Videira/SC, se for o caso.

12.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira/SC, ____ de _____ de 2026.



VIDEIRA
PREFEITURA



MUNICÍPIO DE VIDEIRA
XXXXXXXXXX
Secretário de Gabinete e
Relações Institucionais

CONTRATADA
Sócio Administrador

Testemunhas:

1- _____

2- _____

Rodolfo Pires Filho
Procurador Geral do Município
OAB/SC nº 30.587